



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE XXXXXXXX

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº \_\_\_\_/2017 –  
PJ\_\_\_\_**

**Referente ao Inquérito Civil nº -----.**

Objeto: Criar cargos da estrutura funcional da Controle Interno do Município de -----, além de regulamentar seu funcionamento.

Aos \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias do mês de \_\_\_\_\_ de 2017, na sede da Promotoria de Justiça de -----, situada na -----, -----/MA, de um lado o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO**, representado pelo(a) Promotor(a) de Justiça -----, no uso das suas atribuições constitucionais e legais, precipuamente conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal de 1988, art. 94 da Constituição do Estado do Maranhão, art. 29, inciso IX, da Lei Complementar Estadual nº 013/91, art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85, e Resolução CNMP nº 179/2017, doravante denominado **COMPROMITENTE** e, do outro lado, o **MUNICÍPIO DE -----**, neste ato representado pelo seu (sua) Prefeito(a), -----, doravante denominado(a) **COMPROMISSÁRIO(A)**, diante do contido nos autos do Inquérito Civil nº -----, instaurado com o objetivo de apurar a situação funcional do Controle Interno de -----, e,

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF/88, art. 127);

**CONSIDERANDO**, também, ser função institucional do Ministério Público, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (CF/88, art. 129, II e III);

**CONSIDERANDO** que, como defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais, cabe ao Ministério Público atuar em resguardo dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, dentre os quais, o da legalidade, da publicidade, da eficiência e, ainda, da probidade administrativa;

**CONSIDERANDO** a norma constitucional inscrita no artigo 30, inciso I, que prevê a competência dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local;

**CONSIDERANDO** que a Constituição do Estado de Maranhão estabelece que os Municípios reger-se-ão por suas próprias Leis Orgânicas e leis ordinárias,



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE XXXXXXXX

respeitados os princípios estabelecidos na Constituição Estadual e na Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que cabe ao Tribunal de Contas do Estado fiscalizar, no âmbito de suas atribuições, o cumprimento, por parte dos órgãos e entidades do Estado e do Município, das normas da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), nos termos do regimento interno (inciso X, art. 1º, da Lei Orgânica do TCE/MA);

**CONSIDERANDO** que cabe à Corte de Contas, ainda, assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade, bem como realizar outras fiscalizações ou exercer outras atribuições previstas em lei, nos termos do art. 1º, incisos XVII e XXIII, da Lei Estadual nº 8.258/2005;

**CONSIDERANDO** que é dever do município zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas, bem como conservar o patrimônio público, tudo nos termos do art. 23, inciso I, da Carta Magna;

**CONSIDERANDO** a necessidade de cumprimento de modo satisfatório pelo município das obrigações constantes dos arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal, do art. 80 da Constituição do Maranhão, dos arts. 76 a 80 da Lei Ordinária Federal nº 4.320/64, **instituindo e mantendo em funcionamento órgão central de coordenação do sistema de controle interno municipal**;

**CONSIDERANDO** que estruturação de referido órgão com cargos em comissão, demissíveis *ad nutum* e sujeitos a interferências do Chefe do Executivo, afronta os princípios constitucionais da legalidade, moralidade e eficiência;

**CONSIDERANDO** que o sistema de controle interno tem a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do município; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do município; e apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, estando inclusive seus responsáveis sujeitos a responsabilidade solidária por qualquer irregularidade ou ilegalidade de que venham a tomar conhecimento caso não deem ciência ao respectivo Tribunal de Contas;

**CONSIDERANDO** que a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê, em seu art. 54, parágrafo único, a obrigatoriedade da participação do responsável pelo controle interno nos relatórios de gestão fiscal;



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE XXXXXXXX

**CONSIDERANDO**, ainda, que a implantação de um órgão de controle interno, dotado de servidores efetivos concursados, possibilitaria melhor acesso do Ministério Público e do Tribunal de Contas ao conhecimento de eventuais ilicitudes;

**CONSIDERANDO** que as recomendações emanadas pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas tem o condão de colocar o recomendado, isto é, o órgão ou entidade que as recebem, em posição de inegável ciência da ilegalidade de seu procedimento, de modo a permitir que reste caracterizado seu comportamento doloso caso prossiga o recomendado no comportamento tido por irregular, com reflexos nos campos da improbidade administrativa e, eventualmente, também do direito penal;

**RESOLVEM:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Compromete-se o prefeito a promover, no prazo máximo de 03 (três) meses a contar de sua notificação, a implantação do sistema de controle interno baseada na adoção de instrumentos mínimos de controles administrativos, financeiros e patrimoniais, inclusive mediante edição de lei com esse fim, cabendo-lhe proceder notadamente:

I – guarda de toda documentação de forma organizada e que possibilite o seu exame quando necessário;

II – avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de Governo e do orçamento do Município (CF/88);

III – exercício do controle das operações de crédito e garantias, bem como dos direitos e deveres do Município (CF/88);

IV – apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional (CF/88), inclusive no acompanhamento das fiscalizações feitas pelo Tribunal de Contas;

V – normatização, sistematização e padronização dos procedimentos operacionais dos órgãos municipais, observadas as disposições da Lei Orgânica e demais normas do Tribunal de Contas do Estado;

VI – verificação da consistência dos dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal, conforme estabelecido no art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

VII – exercício do controle das operações de crédito, garantias, direitos, e haveres do Município;

VIII – verificação da adoção das providências para recondução dos montantes das dívidas consolidadas e mobiliária, nos limites de que trata o art. 31 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

IX – verificação e avaliação da adoção de medidas para o retorno da despesa total com pessoal ao limite de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal;



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE XXXXXXXX

X – verificação da destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei Complementar nº 101 de 2000;

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Por outro lado, compromete-se, o Prefeito de \_\_\_\_\_, a:

I – Prover, no prazo máximo de 06 (seis) meses a contar de sua notificação, os cargos do órgão central do sistema de controle interno do município, com servidores efetivos estáveis, deflagrando, realizando e homologando, caso necessário, concurso público de provas ou provas e títulos, bem como nomeando em seguida o(s) candidato(s) aprovado(s);

II – prover, no mesmo prazo supra, o cargo de chefia do órgão central do sistema de controle interno, preferencialmente por servidor efetivo concursado

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Por fim, compromete-se o Prefeito de ----- a comunicar ao Tribunal de Contas do Estado e à Procuradoria-Geral de Justiça as medidas definitivas adotadas para implantação/adequação do órgão de controle;

**CLÁUSULA QUINTA** – A nomeação e posse dos aprovados dar-se-á no prazo de sessenta (60) dias, contado do término do concurso, ressalvado o período impeditivo de nomeação previsto na Lei 9.504/97, art. 73, V, se for o caso e, ainda, art. 22, parágrafo único da Lei Complementar 101/00 (LRF);

**CLÁUSULA SEXTA** – O fiel cumprimento do presente compromisso será fiscalizado pelo Ministério Público por meio de requisição de informações ao Município, sem prejuízo de possível vistoria *in loco*, nos termos legais. Poderá o Ministério Público buscar auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios e da Câmara Municipal para fiscalizar o cumprimento do presente termo, sendo que deste termo será dada divulgação para que qualquer do povo possa e todo servidor público deva, obrigatoriamente, comunicar ao Ministério Público quaisquer desvios ou faltas no seu adimplemento;

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA MULTA.**

7.1. A não observância da obrigação constante das CLÁUSULAS PRECEDENTES do presente instrumento, implicará a imposição de multa pessoal aos representantes do ente municipal subscritores no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por cada dia excedente ao prazo final estabelecido na cláusula primeira, revertendo o valor da multa em favor do FEDD – Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos do Maranhão, instituído pela Lei Estadual nº 10.417/2016 (Agência nº 3846-6, Conta Corrente nº 8314-8, Banco do Brasil. CNPJ nº 09.556.140/0001-15).



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE XXXXXXXX

Parágrafo Primeiro - O não pagamento da multa acarretará a sua cobrança pelo Ministério Público ou pela Fazenda Pública, com correção monetária, juros de 1% (um por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sobre o montante apurado.

Parágrafo Segundo – A execução da multa não exclui a possibilidade de propositura de Ação Pública pelo Ministério Público Estadual, na hipótese de descumprimento total ou parcial do presente ajuste, ou se este, em razão de outras circunstâncias, vier a revelar-se inadequado ou insuficiente para a efetiva proteção do patrimônio público e social, além de outras medidas cabíveis, inclusive responsabilização por eventual ato de improbidade administrativa.

**CLÁUSULA OITAVA – DA EFICÁCIA.**

8.1. O presente termo de compromisso terá eficácia de título executivo extrajudicial, tanto para as obrigações de fazer, quanto para as obrigações pecuniárias neles assumidas, de acordo com os artigos 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85 e art. 784, inciso XII, do Código de Processo Civil;

Parágrafo Primeiro – A execução do presente termo de compromisso de ajustamento far-se-á sem prejuízo de outras medidas administrativas e/ou judiciais que possam ser adotadas em razão de seu descumprimento;

Parágrafo Segundo - O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta não substitui, altera ou revoga qualquer outro anteriormente assinado.

Publique-se em órgão oficial.

-----/MA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

-----  
Promotor(a) de Justiça

-----  
Prefeito(a) Municipal de -----

**TESTEMUNHAS:**

1: \_\_\_\_\_;

2: \_\_\_\_\_.